

**PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL (SEMESTRAL)**  
**DELIBERAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**  
**COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

|  |  |
|--|--|
| <b>SAS</b>   | <b>M BOI MIRIM</b>                                 |
| <b>NOME DA OSC</b>   | <b>MOVIMENTO COMUNITÁRIO DO JARDIM SÃO JOAQUIM</b> |
| <b>NOME FANTASIA</b>   | <b>NCI GRUPO DA ESPERANÇA</b>                      |
| <b>TIPOLOGIA</b>   | <b>SCFV- NCI</b>                                   |
| <b>EDITAL</b>  | <b>290/SMADS/2018</b>                              |
| <b>Nº PROCESSO DE CELEBRAÇÃO</b>                                     | <b>6024.2018-0003880-9</b>                         |
| <b>Nº TERMO DE COLABORAÇÃO</b>                                       | <b>522/SMADS/2018</b>                              |
| <b>NOME DO GESTOR DA PARCERIA</b>                                    | <b>EDNA MARIA DA SILVA ORILHANA</b>                |
| <b>RF DO GESTOR DA PARCERIA</b>                                      | <b>788720-5</b>                                    |
| <b>DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOC DA DESIGNAÇÃO DO GESTOR DA PARCERIA</b> | <b>01/07/2018</b>                                  |
| <b>PERÍODO DO RELATÓRIO</b>  | <b>10/2018 A 03/2019</b>                           |

Após análise do RELATÓRIO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO GESTOR DA PARCERIA descrita na inicial, nos termos do artigo 131 da Instrução Normativa 03/SMADS/2018, recebido em 29/02/2020, esta Comissão de Monitoramento e Avaliação instituída conforme publicação no DOC de 17/05/2019 delibera pela:

- ( ) **APROVAÇÃO** da prestação de contas
- ( x ) **APROVAÇÃO da prestação de contas COM RESSALVAS:** , nos termos do inciso II do artigo 128 da Instrução Normativa 03/SMADS/2018, conforme ressalva a seguir citada, cabendo a aplicação de Plano de Providência Geral, nos termos do contido no § 1º do artigo 117 da Instrução Normativa 03/SMADS/2018, no que se refere ao indicador 1.3- “cômodos e imobiliários não se encontram em perfeitas condições de uso”, pois o serviço não efetuou as adequações em sua totalidade. 3.1- “Número de usuários atendido” e 4.1- “Percentual de profissionais que participaram de capacitação”.
- ( ) **REJEIÇÃO** da prestação de contas, adotando-se os procedimentos para rescisão do termo de colaboração da parceria

**OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

Conforme parecer da Gestora de Parceria, no relatório de semestralidade e após a análise dos Relatórios da Execução do Objeto e demais documentos, este comitê identificou que os instrumentais entregues pela OSC apresentavam erros formais que não foram apontados pela gestora de parceira, contudo os erros apresentados não comprometeram a qualidade técnica tendo o serviço alcançado as metas propostas no Plano de Trabalho, atendendo o posto no artigo 111 desta Instrução Normativa, homologamos o Parecer Técnico Conclusivo do Gestor da Parceria.

Ressaltamos que esta Comissão de Monitoramento e Avaliação é composta por duas Assistentes Sociais e uma Psicóloga, portanto destacamos que a análise acima foi pautada tecnicamente atendendo o que preconiza a Resolução 557/CFESS/2009 no parágrafo segundo do Artigo 4º “O/A assistente social deverá emitir sua opinião técnica somente sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, para qual está habilitado e autorizado a exercer, assinando e identificando seu número de inscrição no Conselho Regional de Serviço Social.” Com base na resolução citada acima , essa comissão se atém a dar o parecer técnico, também subsidiada no que refere o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS SP no uso de suas atribuições prevista

na referida Lei ,que emitiu, em 22/11/18, Manifestação 03 orientando os assistentes sociais a respeito da inserção destes profissionais no âmbito do MROSC e da IN3/SMADS/2018 e, no que tange as Comissões de Monitoramento, expressa “Nas normativas analisadas, constam informações sobre número de composição da comissão de monitoramento e avaliação e sobre provimento do cargo que os/as membros devem ocupar, no entanto, não menciona sobre o caráter interprofissional que, em tese, a referida comissão deveria ter, considerado que a decisão, por exemplo, por uma aprovação de prestação de contas na complexidade dos serviços socioassistenciais, exige subsídios de várias áreas do conhecimento (exemplo: nutrição, contabilidade, psicologia, dentre outras). O Artigo 3º da referida instrução normativa evidencia o caráter deliberativo da comissão de monitoramento e avaliação “Fica delegada aos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação das respectivas SAS a competência para decidir sobre a Prestação de Contas Parcial e Final”. No caso de assistentes sociais que, porventura, estiverem na composição dessa comissão, destacamos para o fato de se atentarem a integralidade da Resolução 557/CFESS/2009 e especialmente ao parágrafo segundo do Artigo 4º “O/A assistente social deverá emitir sua opinião técnica somente sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, para qual está habilitado e autorizado a exercer, assinando e identificando seu número de inscrição no Conselho Regional de Serviço Social.”

O CRESS- SP expressa que a Instrução Normativa, ao ser omissa nos aspectos que dizem respeito ao caráter interprofissional para a comissão de monitoramento e avaliação, se mostra incongruente às normativas que disciplinam o trabalho profissional em âmbito nacional e o que habilita o profissional assistente social a atuação em matéria de serviço social.

Isto posto, entendemos que a avaliação deste caráter contábil requer assessoramento técnico, conforme preconiza o artigo 131, parágrafo 1º da Instrução Normativa SMADS nº 3, de 31 de agosto de 2018, com alteração da redação proposta na IN nº 1 de 06/03/19 publicada em 12/03/2019 “Quando necessário, a Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos”.

## COMISSÃO DE MONITORAMENTO

Data: 04/03/2020

Maria do Carmo Cruz Oizumi RF 601.920.0

Elaine Maria Grangeiro Almeida – RF 788.654.3

Marlene Alves Teixeira Ribeiro da Silva RF 501.005.4

